

Visita ao Mato Sampaio: imprensa, “malocas” e representações (Porto Alegre – década de 1950)¹

Visita al Mato Sampaio: prensa, “malocas” e representaciones
(Porto Alegre – década de 1950)

Vinicius Reis Furini

Mestrando em História

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

vfurini_@hotmail.com

Recebido em: 22/11/20

Aprovado em: 03/01/21

Resumo: O presente trabalho pretende investigar a participação do jornal *Diário de Notícias* de Porto Alegre, na construção de um discurso social sobre as “vilas de malocas” e seus moradores, sobretudo, em relação ao Mato Sampaio. As representações empreendidas pela imprensa porto-alegrense carregavam uma série de estigmas sociais, reforçando uma imagem pejorativa sobre as “vilas de malocas”. O Mato Sampaio, por sua vez, era representado ora como “vila do crime”, um “verdadeiro paraíso de malandros”, associando-o a criminalidade e violência, ora como um local singular, “pitoresco”, proporcionado pela desigualdade social da metrópole, ao passo que seus moradores, representados sob o estigma de “maloqueiros” despossuídos de passados, nomes e moradias, estariam unidos apenas pela “miséria comum”.

Palavras-chave: Imprensa; Vilas de malocas; Representação.

Resumen: El presente trabajo pretende investigar la participación del periódico *Diário de Notícias* de Porto Alegre, en la construcción de un discurso social sobre las "villas de malocas" y sus habitantes, sobre todo, en relación al Mato Sampaio. Las representaciones emprendidas por la prensa porto-alegrense cargaban una serie de estigmas sociales, reforzando una imagen peyorativa sobre las "villas de malocas". El Mato Sampaio, por su parte, era representado como "pueblo del crimen", un "verdadero paraíso de malandros", asociando la criminalidad y la violencia, ora como un lugar singular, "pitoresco", proporcionado por la desigualdad social de la metrópoli, mientras que sus habitantes, representados bajo el estigma de "maloqueiros" desposeídos de pasados, nombres y viviendas, estarían unidos sólo por la "miseria colectiva”.

¹ O artigo é resultado das reflexões desenvolvidas no Trabalho de Conclusão de Curso em História, intitulado “Visita pitoresca ao Mato Sampaio”: estigmas e representações sobre os “maloqueiros” do Mato Sampaio através da narrativa jornalística porto-alegrense (Década de 1950), defendido na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em 2018.

Introdução

Na sexta-feira, dia 20 de junho de 1958, era publicada no *Diário de Notícias* de Porto Alegre, a reportagem assinada pelo jornalista Ruy Pratini, ao qual eram contadas as histórias de vida de Dona Ofrosina, Seu Cantídio e Polaco, “gente humilde e vencida” que, ao lado de milhares de outros porto-alegrenses da época, compunham o “drama de nossas populações marginais”, noticiado pelo referido jornal (PRATINI, 1958b). Narradas pelos moradores à equipe de reportagem, durante visita a vila Mato Sampaio, local adjetivado como “reduto fabuloso de malocas” e “verdadeiro paraíso para malandros” – localizado próximo ao bairro Petrópolis, um dos mais elegantes da capital do Rio Grande do Sul –, suas histórias são utilizadas pelos repórteres para legitimar uma percepção preconceituosa e fatalista sobre as “vilas de malocas” e seus moradores (FURINI, 2018). A narrativa construída pela reportagem sobre o espaço, as práticas de sociabilidades e o cotidiano de seus moradores procura transportar seus leitores a um local excepcional, fantástico ou, conforme a reportagem, “pitoresco” (PRATINI, 1958b).

O presente artigo pretende investigar as representações sobre as “vilas de malocas”² e os seus moradores, tidos como “maloqueiros”, e, em especial, à Mato Sampaio, pelo jornal *Diário de Notícias*, de Porto Alegre. Longe de neutras, essas representações eram permeadas por estigmas e estereótipos sobre esses espaços populares de moradia que iam ao encontro das percepções do poder público municipal, da elite local e setores médios urbanos que para verem-se livres do “problema das malocas”, ressignificaram o discurso modernizador e higienista do começo do século XX, para justificar as medidas de controle e política de remoções das “malocas” para regiões mais afastadas de Porto Alegre (KLAFKE; WEIMER; FURINI, no prelo; FURINI, 2018). A imprensa, exemplificada pelo *Diário de Notícias*, também foi importante ator político no processo de estigmatização e expulsão das “vilas de malocas” da região central da cidade, para as áreas periféricas, na medida em que reforçava e legitimava o discurso público construído sobre as “malocas” e, em muitos casos, as ações cometidas pelo Estado contra estas. O *Diário de Notícias* de Porto Alegre, por sua vez, foi escolhido por ser um dos maiores veículos de notícias da capital gaúcha e ter ampla repercussão. Apesar da

² Por conta do caráter depreciativo e o sem-número de estigmas impostos, as “malocas” e os seus termos correlatos, como “vila de malocas” e “maloqueiros” serão utilizados, sempre, entre aspas.

escolha pelo referido jornal, sua abordagem não difere substancialmente de outros veículos de comunicação impressa da cidade, como o *Correio do Povo*, que possuía um perfil mais conservador e associado as elites e era o principal periódico da cidade (KLAFKE; WEIMER; FURINI, no prelo).

A vila Mato Sampaio foi escolhida por sua importância para o cenário urbano de Porto Alegre, em meados do século XX, na medida em que ela recebeu cerca de centenas de “malocas” removidas da região central e tão logo já se alertava para as suas grandes proporções, chegando a concentrar, no começo da década de 1970, ocasião que já era conhecida pelo nome de Nossa Senhora de Fátima, aproximadamente 721 casas, configurando-se como o sexto maior núcleo de “malocas” da cidade (JORGE, 1973, p. 49). O recorte temporal adotado está relacionado com a própria formação da Mato Sampaio e o período em que se começa a intensificar os despejos das “vilas de malocas” situadas no centro para as regiões norte, leste e sul de Porto Alegre.

O artigo está dividido em duas partes, sendo a primeira destinada a investigar o processo de formação das “vilas de malocas”, em Porto Alegre, e, sobretudo, o aparecimento da Mato Sampaio. Também será observado o discurso e medidas tomadas pela Prefeitura em relação ao “problema das malocas”. A segunda parte, por sua vez, se concentrará em analisar as relações da imprensa, em nosso caso o *Diário de Notícias*, sobre as “vilas de malocas” e, em especial, à Mato Sampaio, a fim de observar as suas percepções sobre esses espaços populares e como os estigmas eram operacionalizados através das representações do periódico.

Porto Alegre, as “malocas” e a Mato Sampaio: a metrópole moderna e excludente

Na década de 1940 começa a aparecer em Porto Alegre aglomerados de casas construídas de forma precária, sem infraestrutura básica para moradia e erguida, muitas vezes, em áreas irregulares nos arredores da região central da cidade. O acentuado crescimento urbano e demográfico das principais metrópoles nacionais, de meados do século XX, teve contornos específicos em Porto Alegre: a migração rural-urbana, o problema da moradia na cidade e o seu processo endógeno de produção de pobreza corroboraram para o aparecimento das denominadas “vilas de malocas”, em Porto Alegre (KLAFKE; WEIMER; FURINI, no prelo).

Em estudo pioneiro sobre as “vilas de malocas”, em Porto Alegre, Laudelino de Medeiros (1951, p. 77) pretendeu realizar uma distinção conceitual daquele tipo de habitação, alegando que as “malocas” não seriam “nem cortiço, nem espelunca, nem choupana, nem casebre, nem cubículo”,

entretanto, reconhece nelas, familiaridades com tugúrio, choça e palhoça, concluindo sua argumentação afirmando que as “vilas de malocas” também podem ser popularmente conhecidas como sinônimo de “mocambo e “favela” (MEDEIROS, 1951, p. 77). Segundo Medeiros, embora sempre houvessem “casebres” localizados em determinados locais da cidade, é na década de 1940 que “as vilas de malocas” rapidamente apareceriam em Porto Alegre. “A construção em massa em lugares determinados – terrenos baldios, margem de estrada, logradouros públicos – apresentou um ritmo acelerado, a ponto de aparecerem da noite para o dia verdadeiras vilas, que os próprios habitantes apelidaram de “vilas de malocas” (MEDEIROS, 1951, p. 15).

Essa definição proposta por Medeiros tem efeitos no entendimento do poder público municipal sobre as “malocas”, na década de 1960. Nesse sentido, Naida d’Ávila (2000) nos sugere que a municipalidade, naquela década, considerava como “maloca”,

todos os aglomerados marginais habitacionais erguidos em terrenos baldios, devolutos e mesmo de propriedade pública ou privada, sem arruamento, sem higiene [...] sua construção é, na maioria das vezes, de madeira. Em casos menos numerosos, encontra-se malocas de papelão, lata, ou ainda os três conjugados (D’ÁVILA, 2000, p. 15).

O aparecimento das “vilas de malocas” em Porto Alegre foi frequentemente relacionado com as migrações rural-urbanas, isto é, o “êxodo rural”, ocorrido em meados do século XX, ao qual a cidade recebia migrantes do campo e produzia, assim, um drástico aumento populacional, cujos reflexos evidenciavam o problema da falta de moradias na cidade (FURINI, 2018, p. 24). Os historiadores Álvaro Klafke e Rodrigo Weimer (2016, p. 329) criticam a utilização da expressão “êxodo rural” que, segundo os autores, é “carregada de uma carga semântica de fenômeno massivo, opressivo e irresistível” (KLAFKE; WEIMER; 2016, p. 329). Em seu lugar, os autores preferem a expressão “migrações internas” que possibilita maior proximidade com os olhares, percepções e causas que levaram diferentes sujeitos sociais a migrarem do interior para a metrópole, em meados do século XX (KLAFKE; WEIMER; 2016, p. 329).

Conforme exposto em Furini (2018, p. 24), essa perspectiva que relaciona a “fuga do campo” com o aparecimento das “vilas de malocas” possui fundamento e foi investigada por diferentes perspectivas e autores (MEDEIROS, 1951; MENEGHETTI, 1952; NEVES, 1962; JORGE, 1973; D’ÁVILA, 2000; ZAMBONI, 2009; FIGUEIREDO, 2014). Embora não esteja equivocada, tendo, evidentemente, as migrações importante papel na formação das “malocas”, entretanto, ela produz

uma narrativa unilateral e teleológica sobre o fenômeno, não observando outros aspectos importantes, como a dimensão endógena da pobreza urbana (KLAFKE; WEIMER; FURINI, no prelo).

Outra interpretação frequente relaciona a formação das primeiras “vilas de malocas” com os ex-escravizados e seus descendentes (FURINI, 2018, p. 25-26). Pablo Figueiredo (2014) afirma que as maiores “vilas de malocas” eram formadas por “descendentes de escravos” e configuravam-se como “lugares de resistência cultural negra e popular” (FIGUEIREDO, 2014, s.p.). Essa interpretação vai ao encontro das proposições de Vanessa Zamboni (2009) que entende as “malocas” como “territórios negros” de Porto Alegre, como é o caso da Ilhota e da Santa Luzia, citadas pela autora (ZAMBONI, 2009, p. 56). Essa interpretação que relaciona a formação das primeiras “vilas de malocas” em Porto Alegre com o problema de habitação no pós-abolição não pode ser ignorada, porém, precisa ser mais explorada pela historiografia que não observa a produção endógena da pobreza urbana (KLAFKE; WEIMER; FURINI, no prelo) que, em fins do século XIX, como salienta Rodrigo Weimer (2018) era “constituída por negros livres, forros, escravos de ganho e também população branca pauperizada” (WEIMER, 2018, p. 505).³

A periferia, como advertem Álvaro Klafke, Rodrigo Weimer e Vinícius Furini (no prelo), tem cor, mas ao invés de tomá-la como dada, deve-se problematizar como se deu sua construção. Nesse sentido, é necessário observar os dados estatísticos sobre a composição racial nas “vilas de malocas”, em Porto Alegre. Os registros estatísticos que observaram a cor e a raça, nesses espaços populares, são escassos e foram feitos de forma bastante precária. Laudelino de Medeiros (1951, p. 24) realiza o levantamento estatístico sobre a vila “Forno do Lixo” e indica a presença significativa de moradores brancos, representados por 55%, ao passo que os moradores negros representavam 44% do total.⁴ É possível que, por conta da classificação tenha sido feita a partir da percepção do pesquisador e não pela autopercepção dos próprios sujeitos, o número de moradores brancos tenha sido subestimado

³ Não se pretende deslegitimar a importância histórica, política e social dos territórios negros urbanos, em Porto Alegre, para o movimento social negro. Pretende-se, contudo, observar a formação de outras localidades que foram aparecendo e se desenvolvendo pela cidade, em meados do século XX, como é o caso das “vilas de malocas” (FURINI, 2018, p. 27).

⁴ O levantamento feito por Laudelino de Medeiros utiliza categorias científicas, amparadas por uma percepção fenotípica do próprio sociólogo, que não reproduzo aqui. Em seu lugar, adotei a definição feita pelo movimento social negro, que define como “negro” a soma das categorias “pretos” e “pardos”, presentes nos levantamentos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

por Medeiros, na medida em que suas percepções raciais teriam deixado de incluir diversos moradores nessa categoria.

Assim, embora o aparecimento das “vilas de malocas” não esteja diretamente relacionado com o fim da escravidão e a busca por moradia de ex-escravizados e seus descendentes, como sugerem Zamboni (2009) e Figueiredo (2014), e possuírem significativa presença de moradores brancos (MEDEIROS, 1951), elas podem e devem ser interpretadas a partir das problemáticas propostas pelos “estudos do Pós-Abolição”, como vem sendo trabalhadas em investigações recentes (ARAÚJO, 2019; FURINI, 2018; WEIMER, 2018; 2019; KLAFKE; WEIMER; FURINI, no prelo), posto que não apenas a moradia popular pode ser entendida como um problema do pós-abolição, como também as próprias relações raciais envolvendo moradores brancos e negros nas “malocas”. Evidentemente, elas foram palcos de solidariedades e conflitos envolvendo esses moradores, sendo, assim, um espaço privilegiado de análise sobre as relações raciais dentro da classe trabalhadora (FURINI, 2018, p. 28).

Além disso, é à luz dos “estudos do Pós-Abolição” que investigamos as transformações ocorridas nas “vilas de malocas” nas décadas seguintes, onde se observa a mudança na proporção de moradores brancos e negros nas “vilas de malocas”, ao passo que a vila Maria da Conceição, que recebera os moradores despejados da “Forno do Lixo”, investigadas por Medeiros (1951), possuiria, na década de 1970, maior porcentagem de moradores negros do que brancos. O manuscrito de Cyro Martini (1973) sobre o local indica que 61% dos moradores da Maria da Conceição eram negros, ao passo que o número de brancos seria de 38%. Essa inversão ocorre num momento de intensificação dos despejos das “vilas de malocas” para as regiões periféricas de Porto Alegre que, paradoxalmente, acompanhou um aumento drástico no número de “malocas” na cidade.⁵ O crescimento da presença negra nas “vilas de malocas” pode ser resultado de oportunidades desiguais de ascensão social, entre moradores brancos e negros, durante a ditadura civil-militar (KLAFKE; WEIMER; FURINI, no prelo; WEIMER, 2018).

⁵ O relatório administrativo apresentado de Ildo Meneghetti de 1952, indicava que a cidade de Porto Alegre possuía, em 1951, 4.173 “malocas”. O estudo técnico de Nelson Jorge (1973), afirma que no ano anterior, a cidade já contava com 20.161 “malocas”. Esse número demonstra que a política de despejos realizada pela Prefeitura não tinha o objetivo de resolver o problema habitacional, investindo em infraestrutura e sim expulsá-las para regiões mais afastadas da cidade (KLAFKE; WEIMER; FURINI, no prelo).

Desde o seu aparecimento na década de 1940, as “vilas de malocas” despertaram a atenção da imprensa e do poder público municipal que viam alarmados o rápido desenvolvimento desses espaços na cidade. O relatório administrativo apresentado à Câmara de Vereadores, em 1952, pelo então prefeito Ildo Meneghetti demonstra a preocupação da Municipalidade com o rápido crescimento das “malocas” e a necessidade de sua imediata resolução. Sobre a formação das “malocas” na cidade, o relatório afirma:

Porto Alegre é uma cidade que cresceu pelos vales. Ela é como que uma grande mão, com o punho apoiado numa curva do Guaíba e os dedos a repousarem por entre os morros, acompanhando o casario, o curso dos riachos e se espairando à sombra das colinas e morros que margeiam a cidade. Sobraram, por isso, pela grande extensão da capital, muitos terrenos baldios, muitas vezes próximos às linhas de bondes, que se desdobram, para poder alcançar as casas dos bairros distantes. Começaram a aparecer nestes terrenos, uns, pertencentes a particulares, outros, à Municipalidade, pequenos casebres, construídos do dia para a noite, sem licença de qualquer espécie, sem forma e arruamento. De início não havia problemas. Desde o momento, entretanto, em que o povo notou as vantagens da vida nestes casebres, vida sem preocupações e sem impostos e reparou que os construtores e moradores não foram dali desalojados, houve um surto repentino destas construções e surgiram, de repente, as chamadas vilas de “malocas”. (A maloca, para o porto-alegrense, é o pequeno casebre, geralmente feito de tábuas velhas, equivalente à favela carioca e ao mocambo pernambucano). Tão rápido foi o desenvolvimento de algumas destas vilas, que uma delas tomou a denominação popular de “vila Caída do Céu” (MENEGHETTI, 1952, p. 851).

O documento descreve a formação das “vilas de malocas” no território urbano através de juízos morais, entendendo que elas eram uma forma de “obter vantagem” sobre os demais moradores da urbe, levando uma “vida sem preocupações e sem impostos”, aproveitando-se da incapacidade das autoridades municipais em remover essas habitações que estavam fora da norma estabelecida pelo município (FURINI, 2018, p. 31). O relatório ainda aponta uma *mea culpa* da Prefeitura que teria flexibilizado a vigilância dessas construções, resultando em seu acelerado crescimento na cidade. Por fim, ainda descreve, brevemente, a “maloca” porto-alegrense, que seria constituída de um “pequeno casebre, geralmente feito de tábuas velhas, equivalente à favela carioca e o mocambo pernambucano”, analogia possivelmente extraída de Medeiros (1951).

As soluções, contudo, encontradas pelo relatório administrativo para o “problema das malocas” indica que por “serem as malocas um quisto social, uma situação anômala, uma vida marginal ao ambiente social de Porto Alegre, é urgente que os poderes públicos tomem medidas concretas para o extermínio das mesmas” (MENEGHETTI, 1952, p. 863). Conclui-se que as

“malocas” não fazem parte do ambiente urbano desejado pela metrópole que se pretendia bela, asséptica e moderna, sendo elas um “quisto social”, uma “situação anômala” devendo ser, portanto, exterminadas. A retórica adotada pela Prefeitura não é neutra, os seus interesses estão explicitados na vontade de extinguir essa “vida marginal” que contamina o “ambiente social” de Porto Alegre. A incorporação da noção de contaminação no imaginário social sobre as “malocas” foi discutida por Nola Gamalho (2009, p. 39), que chama a atenção para a vinculação entre “malocas” e questão patológica.

É nesse contexto de expansão do número de “malocas” em Porto Alegre e suas remoções para regiões periféricas da cidade que irá aparecer, em 1953, a vila Mato Sampaio que recebia “malocas” despejadas da Doca das Frutas, Vila Seca, Campo de Polo e Novo Cais, na região central (MORAIS, 2011, v. 1, p. 590), e, desde o seu começo, recebia a atenção da imprensa e do poder público. Localizada na zona leste de Porto Alegre, na região do atual bairro Bom Jesus, a Mato Sampaio pode ser considerada local de recepção de “malocas” removidas da região central. “O Mato Sampaio serviu historicamente como um local intermediário entre as ‘vilas’ de regiões centrais e as periferias ainda mais afastadas” (KLAFKE; WEIMER; FURINI, no prelo). O seu nome, por sua vez, como sugerem Sanhudo (1975, p. 151-152) e Nunes (1998, p. 56) se deve ao antigo proprietário, Luiz Sampaio Filho, prestigiado médico e suposto dono daquelas terras (FURINI, 2018, p. 36).

A vila Mato Sampaio tão logo surgira e já fora considerada uma das maiores “vilas de malocas” de Porto Alegre sendo, inclusive, sua grandeza profetizada por Ary Veiga Sanhudo, então vereador da cidade, em 1953, afirmando que ela viria a ser uma “vila de incalculáveis proporções” (apud MORAIS, 2011, v. 1, p. 590). Em 1972, o estudo técnico realizado por Nelson Jorge (1973) indica que a Mato Sampaio, na ocasião já conhecida também como vila Nossa Senhora de Fátima, possuía aproximadamente 721 casas e se configurava como o sexto maior núcleo de malocas na cidade (JORGE, 1973, p. 49). A escolha do nome de “Nossa Senhora de Fátima”, em substituição do mal-afamado Mato Sampaio, na década de 1960, ocorreu em conjunto com melhorias infraestruturais, como luz e policiamento (MORAES, 2011, v. 1, p. 602-603). Essa mudança, conforme Klafke, Weimer e Furini (no prelo), “foi resultado de uma adequação simbólica e buscava positivar a imagem sobre a região e seus moradores, distanciando-se do estigmatizado Mato Sampaio” (KLAFKE; WEIMER; FURINI, no prelo). Deste modo, as disputas em torno da denominação oficial da região obedeciam aos interesses de diferentes sujeitos e grupos sociais, como

parte dos moradores que procuravam verem-se desassociados aos estigmas que permeavam as representações sobre a Mato Sampaio.

O *Diário de Notícias* visita a Mato Sampaio: imprensa e representações sobre as “vilas de malocas” porto-alegrenses

A reportagem do *Diário de Notícias* assinada por Ruy Pratini, em 20 de junho de 1958, que visitava a vila Mato Sampaio, local adjetivado como “pitoresco” pela equipe de reportagem e trazia as histórias de Polaco, Dona Ofrosina e Seu Cantídio (PRATINI, 1958), brevemente apresentada no começo do artigo foi uma das inúmeras notícias, matérias e editoriais que apresentavam e discutiam sobre as “vilas de malocas”, em Porto Alegre. Assim como ela, diversas outras foram realizadas pelo *Diário de Notícias* e outros jornais locais. A escolha por esse veículo de comunicação impresso, em particular, se deve tanto a sua ampla difusão, sendo parte do *Diários Associados*, grupo de comunicação de Assis Chateaubriand que possuía dimensão nacional, quanto a sua linha editorial, cujo caráter mais popular e sensacionalista do que o *Correio do Povo*, jornal mais tradicional da cidade e um dos principais correntes do *Diário de Notícias*, em Porto Alegre.

As matérias jornalísticas, notícias, reportagens policiais, etc. analisados no artigo procuram demonstrar como o *Diário de Notícias* não se preocupava apenas em informar sobre o tema das “malocas” na cidade, mas também era um dos agentes produtores de um discurso público sobre esses espaços populares. As referências ao Mato Sampaio se concentravam, em suma, em páginas destinadas a discussão sobre assuntos relativos à cidade, no noticiário policial ou na coluna “A Cidade”, assinado por V. A. P.. Não se trata apenas advertir de que a imprensa possui “opinião”, mas em observar, conforme salientam Heloisa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto (2007), como sua atuação delimita espaços, temas, mobiliza opiniões e constitui adesões e consensos, assim, ela “não só assimila interesses e projetos de diferentes forças sociais, mas muito frequentemente é, ela mesma, espaço privilegiado da articulação desses projetos” (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 258-259). As considerações feitas pelas autoras vão ao encontro das advertências de Robert Darnton (1996, p. 15) que identifica a imprensa como uma força ativa na própria história, devendo observar que ela está inserida em um “campo de lutas sociais no interior do qual se constitui e atua” (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 257).

Era estampada na parte inferior da primeira página do segundo caderno do *Diário de Notícias*, no dia 20 de abril de 1958, uma fotografia colorida que ocupava grande espaço, acompanhada do seguinte letreiro impresso em fonte alta: “Pôrto Alegre, 1957”. A fotografia, bastante emblemática, exibia o contraste entre a pequena “maloca”, situada num terreno baldio e possivelmente irregular, construída de forma precária com materiais improvisados e o “alteroso” edifício, apontando que Porto Alegre constituía-se uma metrópole que já havia se modernizado. Em frente à “maloca” está sua possível moradora, uma “pobre negra” cujos problemas sociais se materializavam, na reportagem, por meio da imagem de sua precária moradia (PÔRTO ALEGRE..., 1958, p. 1). A fotografia era reforçada textualmente por uma breve descrição:

Algumas velhas, quase imprestáveis, tábuas, pedras, tijolos que foram arrecadados aqui e ali, e mais um montão de bugigangas, tudo isso arranjado à maneira da mais rudimentar arquitetura, é uma casa de maloqueiros. Visão de uma moderna cidade – Pôrto Alegre, 1958. Ainda aqui se veem cenas como esta da fotografia: a maloca e o alteroso edifício ao fundo, para contrastar. Aí, a pobre negra nem de pé pode estar; tudo foi feito, apenas, para abrigá-la do tempo quando a noite chega. De dia, é pedir esmolas ou viver de expediente em biscates (PÔRTO ALEGRE..., 1958, p. 1).

A reportagem composta pela fotografia seguida de breve texto possuía, evidentemente, a intenção de denunciar a desigualdade social existente na metrópole, na medida em que é possível identificar, sem muito esforço, o abismo social que separam a “maloca” do “alteroso” edifício. Esse contraste faz parte, contudo, da visão de uma moderna cidade, cuja produção da extrema pobreza está, em certa medida, associada ao seu processo de modernização. A crítica social presente imagética e textualmente permite que seja realizada uma análise qualitativa do material, que observa a adjetivação e os termos utilizados para a descrição da “maloca”.

O breve excerto define que aquela moradia era construída a partir de materiais “arrancados aqui e ali” que junto com “um montão de bugigangas” formava uma “casa de maloqueiros” que fora “arranjada à maneira da mais rudimentar arquitetura”. Apesar da denúncia feita pela reportagem, o seu conteúdo foi carregado de avaliações negativas sobre aquele tipo de habitação, posto que a descrição dos materiais que constituem aquela “maloca”, assim como o termo “maloqueiro”, utilizada pela reportagem, carrega significados semânticos e estéticos depreciativos.

Figura 1 – Pôrto Alegre, 1957



Fonte: *Diário de Notícias*, 20 de abril de 1958. Museu da Comunicação Social Hipólito José da Costa

A presença da “pobre negra”, moradora daquela “maloca”, dava contornos mais dramáticos à história, na medida em que, segundo a reportagem, sua moradia não possuiria outra finalidade senão “abrigá-la do tempo quando a noite chega”. A reportagem se encerra, paradoxalmente, com uma visão fatalista sobre o assunto, apontando que essa seria, contudo, uma condição irreversível, uma vez que só restaria àquela “pobre negra”, “pedir esmolas” ou “viver de expedientes em biscates”.

A escolha da fotografia com uma mulher negra naquela situação e em frente à referida “maloca” não é gratuita. Ela vai ao encontro do discurso e imagética social construído sobre as “vilas de malocas”, em Porto Alegre, uma vez que a pobreza urbana era racializada. Embora as “vilas de malocas” tenham se configurado, pelo menos num primeiro momento, como espaço diversificado racialmente, com significativa presença de moradores brancos, a menção à “pobre negra” e sua associação àquela “maloca” correspondia ao discurso social presente na imprensa, poder público e parte da sociedade que relacionava as “malocas” apenas à população negra porto-alegrense. Essa racialização, contudo, só era realizada quando se tratava de pessoas negras. Será que se a mulher, fotografada pela reportagem, fosse branca seria adjetivada pela reportagem como “pobre branca” ou apareceria apenas como “pobre mulher” (FURINI, 2018, p. 42)?

Entretanto, reportagens como a analisada acima não eram incomuns. As “vilas de malocas” eram palcos de disputas simbólicas e materiais que envolviam a sua própria existência, sendo assim espaços repercutidos de diferentes maneiras pela imprensa local (FURINI, 2018, p. 43). Embora grande parte das reportagens tivesse o objetivo comum de denunciar a desigualdade social presente na urbe, elas acabam reproduzindo e, em diversos casos, criando um sem-número de estigmas e estereótipos presentes em suas representações sobre as “malocas” e seus moradores. Outras reportagens, contudo, tinham o objetivo oposto, atacar as “vilas de malocas” associando-as a criminalidade, promiscuidade e desordem. Tanto as abordagens que atacavam, quanto as que defendiam as “malocas” acabaram produzindo e reproduzindo representações sociais sobre esses espaços de moradia popular e seus moradores, marcados socialmente como “maloqueiros”.

O conceito de representação é entendido como uma prática que utiliza objetos simbólicos ou materiais, cujo sentido depende de sua “função simbólica” (HALL, 2016, p. 49). Roger Chartier (2002, p. 73) defende que o conceito de representação é mais significativo que “mentalidade” em, pelo menos três modalidades em relação ao mundo social:

primeiro, o trabalho de classificação e de recorte que produz as configurações intelectuais múltiplas pelas quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos que compõem uma sociedade; em seguida, as práticas que visam a fazer reconhecer uma identidade social, a exibir uma maneira própria de estar no mundo, a significar simbolicamente um estatuto e uma posição; enfim, as formas institucionalizadas e objetivas graças às quais ‘representantes’ (instancias coletivas ou indivíduos singulares) marcam de modo visível e perpetuado a existência do grupo, da comunidade ou da classe (CHARTIER, 2002, p. 73).

As representações não são neutras, argumenta Chartier (1988, p. 17), se tratam de elaborações que, embora pretendam aspirar à universalidade, foram construídas atendendo aos interesses específicos e, por isto, estão inseridas num campo de disputa, em torno das questões de poder e dominação. Essas classificações imersas em disputas de significados não são unidirecionais, mas matizadas, questionadas e ressignificadas, por meio de “lutas de representações”, por diferentes atores sociais.

As lutas de representações têm tanta importância como as lutas económicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio. Ocupar-se dos conflitos de classificações ou de delimitações não é, portanto, afastar-se do social – como julgou durante muito tempo uma história de vistas demasiado curtas –, muito pelo contrário consiste em localizar os pontos de afrontamento tanto mais decisivos quanto menos imediatamente materiais (CHARTIER, 1988, p. 17).

O conceito de estigma, por sua vez, é entendido conforme as proposições de Erving Goffman (1988), compreendendo-o como uma complexa relação entre atributo e estereótipo, sendo operado através de duas condições: a dos sujeitos “desacreditados” e os “desacreditáveis”.

O termo estigma e seus sinônimos ocultam uma dupla perspectiva: assume o estigmatizado que a sua característica distintiva já é conhecida ou é imediatamente evidente ou então que ela não é nem conhecida pelos presentes e nem imediatamente perceptível por eles? No primeiro caso, está-se lidando com a condição do *desacreditado*, no segundo com a do *desacreditável* (GOFFMAN, 1988, p. 14) [Ênfases do original].

A condição social dos moradores das “vilas de malocas”, que recebem o marcador social de “maloqueiros”, parece se enquadrar no segundo caso, na medida em que o seu estigma não é perceptível de imediato, mas condicionado a outros fatores como seu local de moradia, ao qual poderia ser manipulado pelos sujeitos sociais (GOFFMAN, 1988, p. 51). Essa manipulação de informações constitui-se, em certa medida, como a “arma do fraco” (CERTEAU, 2012), sendo utilizada para não receber um tratamento discriminatório por sua origem.

As páginas do noticiário policial estavam repletas de referências às “vilas de malocas” e os mais diferentes crimes e conflitos ocorridos naqueles espaços (O INDÍGENA..., 1953; A POLÍCIA AS VOLTAS..., 1955; CONTINUA A BUSCA..., 1955; SANEAMENTO DO FAMIGERADO, 1957; GRAVE CONFLITO..., 1957; O MALOQUEIRO..., 1958), sendo comum encontrar a

repetição de adjetivos depreciativos como alcoolismo, criminalidade e promiscuidade e os termos “marginal” e “maloqueiro” para designar os seus executores.

O *Diário de Notícias* de 21 de agosto de 1958 informava aos seus leitores, em reportagem que ocupava quase meia página, sobre o “ataque frontal as malocas da Doca das Frutas e do Porto”, onde, segundo a reportagem, a existência de atividades de comércio irregulares – incluindo até, para espanto dos jornalistas, uma churrascaria [sic] – que dariam origem a “episódios sangrentos”, devendo ser fechados pelos órgãos competentes (ATAQUE FRONTAL, 1958, p. 12). O engenheiro Raul de Lima Santos relata ao jornal que,

[...] Há inúmeras tendas que se vão instalando dentro da faixa portuária e ali se vende tudo, desde alimentos, geralmente manipulados com a maior falta de higiene, até bebidas, entre as quais sobressai a cachaça. Quando o pessoal de serviço, aglomera-se junto a estas tendas e as bebidas correm livremente. Há aglomeração de homens e mulheres e logo surgem as rixas e desavenças que, não raro, terminam em episódios sangrentos. Estas malocas constituem um problema que deve interessar, igualmente a polícia, a higiene e o proprietário ou usuário da terra que é o Departamento Estadual de Postos, Rios e Canais. (ATAQUE FRONTAL, 1958, p. 12).

A existência de atividades econômicas autônomas naquele espaço, materializadas pelo comércio local gera espanto e descrédito, ao passo que são consideradas locais anti-higiênicos, marcados pelo consumo de álcool, simbolizado pela cachaça – bebida popular socialmente estigmatizada –, e pela desordem. Esses locais seriam responsáveis por “episódios sangrentos” resultados das brigas constantes, sendo necessária a ação conjunta da polícia, órgãos sanitários e o Departamento Estadual de Postos, Rios e Canais para resolver o “problema” destas “malocas”.

A coluna diária intitulada “A Cidade”, escrita pelo colunista Victorino Andrade Pinto que assinava com a sigla V. A. P. foi um importante espaço de discussão sobre a presença das “vilas de malocas” em Porto Alegre (FURINI, 2018, p. 50). Em 23 de maio de 1948, na ocasião da remoção de “nada menos do que oitocentas e sessenta e sete malocas” situadas em “vila maloqueira” na avenida João Pessoa, o colunista criticava a “demagogia” da Prefeitura que deixara o acentuado crescimento de “malocas” na cidade. “Importa isto em dizer que, por não ter diligenciado para evitar o problema, agora a Municipalidade, para solucioná-lo pelo menos em parte, teve que desprender somas que poderiam ter uma melhor, mais justa e mais reprodutiva aplicação” (V. A. P., 1948a, p. 4).

Em outra ocasião a coluna direcionava seu conservadorismo à vila Caiu do Céu, ironicamente denominada pelo colunista como “verdadeiro pátio de milagres”, considerada, talvez, “o maior núcleo maloqueiro de todo o Brasil” (V. A. P., 1948a, p. 4). Mais adiante a coluna conclui:

Permanecerão, entretanto, dentro da área urbana ainda outras vilas maloqueiras. Não é possível extingui-las, desde logo. A esta conclusão já se chegou e para este mal parece mesmo que, pelo menos por enquanto, não há remédio. Impõe-se, porém, como uma necessidade, constante vigilância em torno das que subsistem. Essa vigilância deve ter como um de seus objetivos impedir que novas malocas apareçam. E, com esta previdência, urge tomar uma outra. Consistiria esta em não permitir que, em meio das malocas sobreviventes, possam permanecer as que, ao invés de funcionar como habitação propriamente dita, constituem postos de venda de todos estes líquidos que, a dar crédito, a observação popular, ‘os passarinhos não bebem’. É necessário acabar de uma vez por todas com esses ‘postos de venda’ que têm uma maléfica influencia no meio em que funcionam. E tratemos de extingui-los, não amanhã, mas ainda hoje. (V. A. P., 1948a, p. 4)

A vigilância constante sobre as “malocas” é uma das medidas indicadas pela coluna para evitar o surgimento de novas “malocas”, ao passo que não seria mais possível “extingui-las” do cenário urbano por conta de sua dimensão. Somado a isso, deveria coibir a venda de líquidos que, conforme a coluna, “os passarinhos não bebem”, alusão à cachaça que era estigmatizada, sendo considerada “maléfica influência no meio em que funcionam”.

As colunas diárias “A Cidade”, assinadas por V. A. P., eram espaços que o articulista comentava suas percepções sobre os assuntos referentes à cidade. Além disso, o articulista fazia questão de se afirmar como o porta-voz dos assuntos do povo, na medida em que dialogava em seus textos com a correspondência recebida pelos leitores do periódico. Evidentemente essa coluna contava com maior autonomia do que o demais material publicado no jornal. Entretanto, essa autonomia pode ser relativizada, uma vez que seu texto, assim como as demais reportagens, deveria passar pela análise editorial, sendo passível de readequação.

O conjunto de reportagens assinadas por Ruy Pratini, pelo *Diário de Notícias*, em 1958, intitulado “O drama de nossas populações marginais” pretendia denunciar os problemas enfrentados por nossas “populações marginais” que, em Porto Alegre, viviam em “malocas” espalhadas por toda a capital (PRATINI, 1958a; 1958b; 1958c). Embora tenham intenção de denunciar as desigualdades sociais presentes em Porto Alegre, o seu conteúdo reforçava os aspectos negativos das “vilas de malocas”, colocando-as como locais de desordem, promiscuidade e gerador de doenças (FURINI,

2018, p. 52). É o que mostra a sua manchete de estreia: “Maloca: símbolo vivo de promiscuidade e miséria” (PRATINI, 1958a, p. 12). O título sensacionalista era seguido por diferentes subtítulos que reforçavam o argumento central da reportagem que o crescimento espantoso do número de “malocas” na cidade era inferior ao de sua população “marginal” que crescia com velocidade maior.

As condições de miséria e promiscuidade das populações de tais núcleos de ‘malocas’ é de tal ordem que chega a espantar. Em casebres com uma peça apenas, num espaço exíguo de dois a três metros quadrados vivem (dormem principalmente) em muitos casos 7 a 9 pessoas, muitas das quais menores. Um dado interessante (e dramático) é que enquanto aumenta consideravelmente o número de marginais habitantes das ‘malocas’ estas crescem em percentagem bastante inferior. Isso comprova o agravamento das condições de promiscuidade. Um maior número de famílias habita o mesmo número de metros quadrados (PRATINI, 1958a, p. 9; 12).

A condição de “miséria” e “promiscuidade”, discutida pela reportagem, estaria relacionada à superlotação das “malocas” que abrigaria um número cada vez maior de pessoas e famílias sob o mesmo teto. As preocupações sanitárias estariam presentes em outras reportagens de Ruy Pratini, como é o caso da matéria publicada em 6 de julho de 1958, cujo título impresso em fonte alta afirmava: “62% - índice de mortalidade infantil em vilas de malocas” (PRATINI, 1958c). O sensacionalismo expresso na manchete procura alarmar os leitores para a precariedade das “vilas de malocas” onde a insalubre condição de vida se manifestava nos altíssimos índices de mortalidade infantil. Evidentemente, a porcentagem indicada no título da reportagem está exagerada, sendo praticamente impossível que esse número seja alcançado. Ademais, é contraditório com os próprios dados estatísticos que mostram o crescimento populacional nas “malocas”. O exagero da reportagem é expresso também na legenda da fotografia que acompanha a reportagem:

Num dos mais impróprios locais de habitação do mundo moderno (as vilas de malocas) registram-se os mais altos e alarmantes índices de mortalidade infantil. Crítica contundente e inapelável ao brutal e desumano regime da discriminação da riqueza em benefício de poucos e em sacrifício de consideráveis parcelas populacionais (PRATINI, 1958c, p. 16).

As “vilas de malocas” seriam, segundo a reportagem, um dos “mais impróprios locais de habitação do mundo moderno” e registravam os “mais altos e alarmantes índices de mortalidade infantil”. Certamente as condições de vida nas “malocas” eram difíceis e precárias e seus moradores tinham que superar uma série de desafios, porém, esses problemas não resultam nas estatísticas registradas pela reportagem. A legenda expressa a forma que esse conjunto de reportagens sobre as

“populações marginais” tratava o assunto. À medida que as desigualdades sociais – resultadas do “brutal e desumano regime da discriminação da riqueza em benefícios de poucos e em sacrifício de consideráveis parcelas populacionais” – eram criticadas pela reportagem, ela invariavelmente reforçava a representação das “malocas”, como locais insalubres e de proliferação de doenças.

A vila Mato Sampaio, por sua vez, não escapou das representações sociais difundidas pela imprensa, estando inúmeras vezes presente nas páginas jornalísticas. Sua participação, no entanto, se resumiu ao noticiário policial que pretendia comunicar aos cidadãos porto-alegrenses sobre os “brutais crimes” ocorridos naquele local, alertando a população sobre os “riscos” daqueles que eventualmente se “aventurassem” a passar pelo Mato Sampaio (FURINI, 2018, p. 54). Esse é o caso do *Diário de Notícias* de 8 de agosto de 1955 que alertava a sociedade sobre o surgimento de um novo “cancro”: a vila Mato Sampaio (A POLÍCIA AS VOLTAS..., 1955, p. 5). A reportagem lamentava que a remoção da “famigerada” Doca das Frutas para o Mato Sampaio, não levou apenas as famílias despejadas para a nova região, mas também “criminosos da pior espécie”, recriando, assim, uma “nova Doca das Frutas” na cidade (A POLÍCIA AS VOLTAS..., 1955, p. 5). O Mato Sampaio foi descrito pela reportagem como uma “cópia fiel” da Doca das Frutas, onde “foram instalados ali botequins, arapucas, residências de receptadores, tudo juntamente como havia na Doca das Frutas. É temeridade ao próprio policial se aventurar por aquelas ruelas.” (A POLÍCIA AS VOLTAS..., 1955, p. 5). O termo “cancro”, por sua vez, empregado no título da reportagem reforça a ideia de que a sociedade é um organismo vivo que pode adoecer por causa de alguns “males”. Essa ideia por sua vez estava fortemente presente na sociologia que se inspirava no discurso médico e higienista de finais do século XIX e começo do XX (FURINI, 2018, p. 54). A vila Mato Sampaio era um “cancro” que deveria ser eliminado para preservar a “saúde” da cidade. Ademais, ela vai ao encontro das conclusões indicadas pelo relatório de Meneghetti (1952), que indicava a extinção das “malocas”.

Sua associação com a antiga Doca das Frutas esteve presente também, anos mais tarde, em reportagem do *Diário de Notícias* que noticiava a recente ocorrência policial na região e relembrava que o “Mato Sampaio é o substituto da Doca das Frutas na má fama e no ajuntamento de malandros, ladrões e elementos da pior espécie de Porto Alegre” (NO PERIGOSO “MATO SAMPAIO”..., 1959, p. 8). Porém, diferentemente de outras reportagens policiais que tomavam a vila Mato Sampaio exclusivamente pela criminalidade, esta reportagem matizava essa associação, ao passo que afirmava que “não podemos generalizar porque lá residem também muitas famílias de operários modestos

que, por sua condição financeira, lá foram morar” (NO PERIGOSO “MATO SAMPAIO”..., 1959, p. 8). Essas famílias, por sua vez, eram contrapostas aos “maus elementos” que levantavam suas “maloquinhas” e transformavam aquela região num “centro de vadiagem e imoralidade” (NO PERIGOSO “MATO SAMPAIO”..., 1959, p. 8).

Em 14 de setembro de 1955, o *Diário de Notícias* informava um crime ocorrido na rua João Alfredo, no bairro Cidade Baixa, em Porto Alegre. Conforme apresentado em Furini (2018, p. 54-55) a vila Mato Sampaio apesar de sua relativa distância do local do crime, abrigaria os seus suspeitos (CONTINUA A BUSCA..., 1955, p. 5). Segundo a reportagem, “os policiais estão encontrando dificuldades em localizá-los, pois os dois criminosos conhecem perfeitamente os labirintos de malocas e os matagais”, prossegue afirmando que “as ‘batidas’ da polícia nesses lugares são neutralizadas, pois de longe os meliantes podem ver a ‘canoa’ policial e fogem” (CONTINUA A BUSCA..., 1955, p. 5).

A reportagem sugere que os suspeitos do crime morem na Mato Sampaio, na medida em que afirma que “os dois criminosos conhecem perfeitamente os labirintos de malocas e os matagais” do local. A fisionomia da Mato Sampaio era frequentemente descrita pelas reportagens, indicando que por conta de suas matas e o seu difícil acesso, este seria o local, por excelência, de foragidos da polícia.

O *Diário de Notícias*, no dia 1º de agosto de 1957, informava que o Mato Sampaio, a partir daquela data, seria “saneado” pela polícia que percorreria o “famigerado” Mato Sampaio, local onde “seguidamente ocorrem brigas e conflitos de graves proporções” (SANEAMENTO DO FAMIGERADO..., 1957, p. 5). A notícia indica que o objetivo da ação policial é “coibir as ocorrências desagradáveis que se originam no Mato Sampaio”, sendo vistoriados os bares, botequins e demais estabelecimentos públicos, detendo todos que forem “encontrados a tardias horas sem documentos”, só sendo liberados uma vez que comprovem seus meios de vida (SANEAMENTO DO FAMIGERADO..., 1957, p. 5). A notícia nos indica que as medidas de controle social encontradas pela polícia, agiriam, sobretudo, em espaços de sociabilidade e lazer populares.

A vila Mato Sampaio também não escapou do conservadorismo presente na coluna “A Cidade”. No dia 29 de maio de 1956, o colunista V. A. P. assinava o seguinte comentário sobre o Mato Sampaio:

Espantoso! Nada ter de seu. Nem teto, nem mesa. Nada, enfim. Renunciar voluntariamente a todos esses bens na conquista dos quais homens e mulheres de todas as raças, pertençam aos mais qualificados ou ínfimos degraus da hierarquia social, se exaurem numa luta sem pausa. Vestir-se pobremente. Não contar com alimento seguro, não só de hoje mas também no dia de amanhã. Procurar convenção, não falando, mas com o exemplo continuado posto a cada hora do dia dos olhos dos outros. Levar, sem contaminar-se e mantendo alto e infranqueáveis padrões morais, a vida dos integrantes deste terrificante submundo dos barracos, sórdidos e imundos, dos morros da Guanabara. Aproximar-se deles e dessa gente que aqui nesta Porto Alegre, não vive propriamente, mas vegeta no calamitoso Mato Sampaio e na não menos tristemente famosa Doca das Frutas, onde até a polícia receia entrar mesmo com armas na mão. Estabelecer contato, imune a qualquer risco, com tipos de que Lombroso se utilizaria para por à prova sua doutrina e demonstrar a procedência de suas teorias. (V. A. P., 1956, p. 4).

O espanto manifestado pelo colunista condiz com sua percepção fatalista, permeada de juízos morais, que responsabilizava os moradores das “vilas de malocas” por sua própria condição social que “voluntariamente” adotavam aquele estilo de vida. V. A. P. faz relação entre as “malocas” em Porto Alegre e as favelas no Rio de Janeiro, cujos moradores vivem em “terrificante submundo dos barracos sórdidos e imundos” que aqui é expresso no “calamitoso” Mato Sampaio e na “tristemente famosa” Doca das Frutas onde até a polícia tem receio em entrar, sendo que em ambos os casos é atribuído um estado de anomia social de seus habitantes. A coluna afirma que o contato com tais locais validaria as teorias de Cesare Lombroso, um dos principais teóricos da “antropologia criminal” que buscava estabelecer a criminalidade como resultado de características físicas e hereditárias (SCHWARCZ, 1993, p. 49). A menção a Lombroso expõe o caráter preconceituoso e racista presente nos comentários do articulista. Além disso, o “racismo científico” expresso em obras, como a de Lombroso, ainda circulava no ideário de determinados círculos sociais.

Recorre-se, enfim, as histórias de Seu Cantídio, Polaco e Dona Ofrosina, registradas pelo repórter Ruy Pratini e sua equipe ao *Diário de Notícias*, no dia 20 de junho de 1958. A matéria faz parte do conjunto de reportagens “O drama de nossas populações marginais”, comentado anteriormente. Com o título chamativo “Maloqueiro ‘de seu, não tem onde cair morto’” (PRATINI, 1958b, p. 16), a reportagem realiza uma visita a região do Mato Sampaio e, como uma espécie de etnografia, procura descrever o cotidiano daqueles moradores e registrar algumas histórias de “gente humilde e vencida” que estavam “à margem do imenso drama do marginalismo nacional” (PRATINI, 1958b, p. 16).

O seu subtítulo, por sua vez, é carregado em detalhes e precisa o conteúdo que será abordado no decorrer da matéria. “Visita pitoresca ao Mato Sampaio, reduto fabuloso de malocas nas proximidades da Capital – Histórias de gente humilde e vencida, à margem do imenso drama do marginalismo nacional – Cachaça: fator de alegria num meio de miséria total” (PRATINI, 1958b, p. 16). Assim, conforme já problematizado em Furini (2018, p. 58) a Mato Sampaio já é apresentada ao público leitor como um “reduto fabuloso de malocas”, local “pitoresco” com histórias de “gente humilde e vencida”, imersas no “drama das populações marginais” no Brasil (PRATINI, 1958b, p. 16). Seu instigante subtítulo procura aguçar a curiosidade dos leitores que são transportados para um local “excepcional”, reforçado pelos termos “pitoresco” e “fabuloso” que poderia ser em outro país ou continente, mas estava localizado na própria cidade.

MATO SAMPAIO – vila de malocas nas proximidades de Porto Alegre – é um verdadeiro paraíso de malandros. Representa, em matéria de conglomerado humano, a transição entre a toca primitiva do troglodita e a maloca de nossos dias. Se estranha é a paisagem física, mais estranho e impressionante é, porém, o panorama humano. Tôdas as raças do mundo estão ali representadas e fundidas. Seus mestiços, mulatos, curibocas e elementos da mais acentuada pureza racial (que os há certamente) marcam extremos interessantes. Num grupo a gaforinha do negro retinto contrasta com a carantonha alourada de um gigante esfarrapado. De outro lado, um indivíduo de cabelos lisos e extremamente pretos, com os olhos amendoados e feições zigomáticas dá um tom indiático à parceria. Prende a atenção geral a palavra fácil de um velho maltrapilho, de vasta cabeleira branca, nariz aquilino e face regular, autêntico representante físico do velho cerce da raça branca colonizadora. (PRATINI, 1958b, p. 16).

O excerto acima apresenta o cenário e os atores presentes na matéria jornalística. A Mato Sampaio logo é apresentada como um “verdadeiro paraíso de malandros”, representada pela transição da “toca primitiva do troglodita” à “maloca de nossas dias”. Essa interpretação compreende a “maloca” como condição sequencial e linear. Rodrigo Weimer (2018, p. 513), analisando a referida reportagem, considera o texto tributário da “tipologia antropológica evolucionista que identifica na diferença cultural a permanência de etapas evolutivas anteriores, dispostas em uma sequencialidade hierárquica, em relação à sociedade burguesa, tomada como ápice e fim último do desenvolvimento humano” (WEIMER, 2018, p. 513). Nesse sentido, as “malocas” se configurariam, conforme a matéria, como uma anomalia em meio à metrópole pretensamente moderna, civilizada e asséptica, causando tamanho estranhamento pela equipe de reportagem.

O texto adverte ainda que “se estranha é a paisagem física, mais estranho e impressionante é, porém, o panorama humano, Todas as raças do mundo estão ali representadas e fundidas” (PRATINI, 1958b, p. 16). Baseado em uma percepção fenotípica e pretensamente científica, o Mato Sampaio é racialmente apresentado pela reportagem como local onde “todas as raças do mundo estão ali representadas e fundidas”, com a presença de “mestiços, mulatos e curibocas” e de “elementos da mais acentuada pureza racial” (PRATINI, 1958b, p. 16). Ao passo que o texto procura destacar a diversidade racial na composição daquela “vila de malocas”, ele aproxima-se, em certa medida, da interpretação corrente no imaginário nacional, desde o século XIX – remetente ao “mito das três raças” na formação nacional – que estavam presentes na própria Mato Sampaio (FURINI, 2018, p. 59-60).

As dinâmicas sociais e raciais estão presentes na sequência do texto:

O preconceito racial, entretanto, não os separa. É que os une a solidariedade nascida na miséria comum. Confraternizaram em torno de um copo de ‘branquinha’ – o uísque nacional dos que não tem recursos. Trilharam caminhos diferentes. Não obstante, uma vida de privações (aceita voluntariamente) os tornou amigos, parceiros pelo menos. Por fim, vieram bater em Mato Sampaio (às portas de um buteco [sic] esburacado, naquele exato momento). É que em Mato Sampaio há lugar para todos. Desde famílias que para lá foram arrastadas por falta inesperada de quaisquer recursos e que ainda mantêm uma unidade precária, até os criminosos e amorais de toda a espécie. Bandos de decaídas fazem seu torpe comércio num dos mais sórdidos lugares do mundo. Em fim, Mato Sampaio é nosso. Está localizado um pouco além de Petrópolis, – um dos bairros mais elegantes da Capital... (PRATINI, 1958b, p. 16).

Observa-se que as relações raciais no Mato Sampaio são apresentadas de maneira harmônica, na medida em que “o preconceito racial”, conforme sugere a reportagem, “não os separa”, mas a “miséria comum” os “une em solidariedade”. Essa interpretação não reconhece a existência de conflitos que eram norteados pela ideia de “raça”⁶ e pelos diferentes moradores na Mato Sampaio. Essa percepção, porém, vai ao encontro do imaginário de “democracia racial”, no Brasil, proposta por Gilberto Freyre e presente na sociedade brasileira da época.

A “democracia racial” já fora bastante criticada pela academia e, sobretudo, pelo movimento social negro que denuncia a violência do racismo no Brasil. Assim, a interpretação da matéria que

⁶ O conceito de “raça” é entendido como uma construção histórica e social, não possuindo validade biológica. Sua utilização, conforme Antonio Sérgio Alfredo Guimarães (2012, p. 50), possui importância analítica, ao passo que é “a única que revela que as discriminações e desigualdades que a noção brasileira de ‘cor’ enseja são efetivamente raciais e não apenas de ‘classe’”.

ressalta a ausência de conflitos raciais no Mato Sampaio se mostra infundada, na medida em que as “vilas de malocas” se configuram como espaço privilegiado de análise sobre os processos de racialização das relações sociais entre as camadas populares (KLAFKE; WEIMER; FURINI, no prelo; WEIMER, 2018). O racismo, conforme observa Frantz Fanon (2011), é um elemento constitutivo na “opressão sistematizada de um povo” (FANON, 2011, p. 275). Ele não é resultado, portanto, da percepção individualizada de sujeitos, ao contrário, é sistêmico e estrutural, sendo operado por meio da cultura e inscrito em um sistema determinado (FANON, 2011, p. 282). Sílvia Almeida (2018), também observa a dimensão estrutural representada pelo racismo, ao passo em que afirma que “o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo ‘normal’ com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural.” (ALMEIDA, 2018, p. 38). Longe de serem ausentes de conflitos raciais, as “vilas de malocas” são, em suma, importantes espaços para compreensão da forma que o racismo é também operado dentro de grupos subalternizados (FURINI, 2018, p. 60).

Os diferentes caminhos trilhados pelos sujeitos que acabaram chegando ao mesmo lugar: o Mato Sampaio, é abordado de forma fatalista pela matéria. Esses sujeitos “voluntariamente” aceitavam uma “vida de privações”, que os tornavam “parceiros”. Ademais, no Mato Sampaio “há lugar para todos”, tanto para famílias empobrecidas que foram despejadas de suas casas na região central da cidade, quanto por criminosos e “amorais de toda espécie” que viriam “bater nas portas de um boteco” no Mato Sampaio, ou “bandos de decaídas” que faziam o seu “torpe comércio num dos mais sórdidos lugares do mundo”.

Esses diferentes sujeitos que por caminhos distintos chegavam à vila, eram exemplificados pelas figuras de Dona Ofrosina, Seu Cantídio e Polaco, diferentes personagens que sob o marcador social de “maloqueiros”, viriam a ser entrevistados pela equipe de reportagem. Em primeiro lugar é relatado o estranhamento dos moradores da vila com os repórteres que não foram bem recebidos no local, “também pudera”, pois, “chegaram em Mato Sampaio acompanhados de uma viatura da Polícia. É que a fama do reduto não é das melhores. Quem se perde em suas vielas tortuosas, pode voltar com vida... mas, nem sempre com a roupa do corpo.” (PRATINI, 1958b, p. 11).

A “distância” entre equipe de reportagem e o grupo de “maloqueiros” só foi superada após um sem-número de tentativas onde após “uma rodada de cachaça e farta distribuição de cigarros” foram surgindo, conforme reportagem, “retalhos de conversas”, em uma “língua quase incompreensível”. (PRATINI, 1958b, p. 11). Esses “retalhos de conversas” em uma “língua quase incompreensível” demonstra o certo “etnocentrismo” por parte dos repórteres que acabam construindo a imagem de superioridade sobre o “Outro”, que nesse caso, embora não reconhecido pelos jornalistas, se tratavam de seus cocidadãos. A alteridade proposta pela reportagem fica mais evidente com a descrição dos entrevistados: Ofrosina nos é apresentada de forma racializada pela reportagem como “uma velha bugra (a Paraguaia)”, cuja fisionomia “representa a própria máscara da miséria e do sofrimento” (PRATINI, 1958b, p. 11). Ela indagava sobre a equipe de reportagem: “esses ‘*estranja*’ [sic] donde saíram?” (PRATINI, 1958b, p. 11). Seu estranhamento, porém, logo seria matizado por Cantídio que lhe afirmaria: “Os moços vieram com os ‘tiras’ mas são ‘boas praças’” (PRATINI, 1958b, p. 11).

As interlocuções seguintes são realizadas primeiras por Polaco, segundo por Cantídio. Polaco é o único, dentre os três entrevistados que não teria seu nome registrado na matéria. E após ter sido inúmeras vezes indagado, por parte da equipe de reportagem, exclama: “Tu para [...]. Maloqueiro não tem nome. Pode chamar de maloqueiro mesmo. Que importa ‘nome?’” (PRATINI, 1958b, p. 11). Após isso, Pedro Cantídio Silveira da Rosa, um “velho boa prosa” responde a equipe: “Moço, o passado dum [sic] homem passou. Que adiante saber se houve dias melhores? [...] O meu ‘faixa’ (amigo) Polaco tem razão. Maloqueiro não tem nome. Não tem passado. Não tem nada. ‘Maloqueiro não tem onde cair morto.’” (PRATINI, 1958b, p. 11).

As interlocuções de Polaco e Cantídio carregam um sem-número de significados distintos, posto que suas afirmações reforçam a imagem fatalista e estigmatizante sobre os “maloqueiros”, que seriam desprovidos de elementos materiais e simbólicos, formadores de identidades sociais. Eles não teriam nome, passado e moradia. Contudo, as interlocuções também podem significar a negociação ou manipulação destes sujeitos frente aos repórteres, narrando histórias que iam ao encontro dos interesses da matéria em troca de ganhos materiais. Essa manipulação pode ser entendida como uma forma de “resistência cotidiana”, que, conforme James Scott (2011, p. 223), é informal, dissimulada e preocupada com ganhos imediatos.

De toda forma, Cantídio, Ofrosina e Polaco são sujeitos de sua própria história e narram, a partir de condições que não lhes são totalmente alheias, suas trajetórias. O nome ou passado que para Polaco e Cantídio, respectivamente, não interessaria a mais ninguém indicam as mazelas que a exploração lhes causou. Entretanto, não significa que tenham adotado uma postura passiva diante do cenário de expropriação. Tratam-se de pessoas carregadas de subjetividades, ações, intenções e gestos. Enfim, sujeitos de sua própria história.

Considerações finais

O artigo pretendeu analisar as diferentes representações que circulavam, através do *Diário de Notícias* sobre as “vilas de malocas” e, sobretudo, o Mato Sampaio e seus moradores. Longe de neutras, essas representações eram produzidas e reproduzidas e iam ao encontro dos interesses do poder público, elite local e setores médios urbanos. A imprensa também foi importante ator político nesse processo, sendo não apenas reprodutor, mas também produtor de um discurso social em relação às “malocas”.

O *Diário de Notícias* de Porto Alegre foi escolhido por ser um periódico de grande repercussão e possuir uma linha editorial ampla e de caráter sensacionalista, quando comparado ao *Correio do Povo* de perfil mais conservador e associado à elite local. Embora ambos os jornais tenham perfis distintos, eles se aproximavam em suas considerações sobre o tema das “vilas de malocas” e seus moradores. Assim, a imprensa exemplificada, em nosso caso, no *Diário de Notícias* foi um importante espaço de discussão sobre as “vilas de malocas”, produzindo um sem-número de representações carregadas de estigmas e estereótipos que ora criminalizavam tais espaços, associando-os a sentidos pejorativos como locais de promiscuidade e desordem, ora defendiam os seus moradores, denunciando as desigualdades sociais presentes na metrópole.

A vila Mato Sampaio era apresentada, assim, como um “verdadeiro paraíso de malandros” ou “reduto fabuloso de malocas”, marcando presença, em maior parte, nas páginas do noticiário policial. Ademais, essas reportagens apresentavam, de forma geral, os moradores da vila Mato Sampaio de forma fatalista, como vítimas passivas de processos de exploração e expropriação. Entretanto, essas representações não fazem jus às experiências plurais desses sujeitos que possuem subjetividades, intenções, ações e gestos.

Fontes

A POLÍCIA AS VOLTAS com novo cancro: Mato Sampaio. **Diário de Notícias**, Porto Alegre, p. 5, 8 ago. 1955.

ATAQUE FRONTAL contra as malocas da Doca das Frutas e do Pôrto! **Diário de Notícias**, Porto Alegre, p. 12, 21 ago.1958.

CONTINUA A BUSCA do autor do crime da rua João Alfredo. **Diário de Notícias**, Porto Alegre, p. 5, 14 set. 1955.

GRAVE CONFLITO no Mato Sampaio. **Diário de Notícias**, Porto Alegre, p. 5, 1º out. 1957.

MENEGHETTI, Ildo. **Relatório apresentado pela Câmara Municipal**. Porto Alegre, 1952. Arquivo Histórico de Porto Alegre.

MANUSCRITOS DE CYRO MARTINI. 1973. Arquivo Histórico de Porto Alegre.

NO PERIGOSO “MATO SAMPAIO”: estivador barbaramente espancado quando retornava à sua residência. **Diário de Notícias**, p. 8, 21 nov. 1959.

O INDÍGENA assassinou, a pauladas, o maloqueiro encontrado em flagrante adultério com sua esposa. **Diário de Notícias**, Porto Alegre, p. 7, 14 fev. 1953.

O MALOQUEIRO assassinou friamente o companheiro. **Diário de Notícias**, Porto Alegre, p. 5, 25 fev. 1958.

PORTO ALEGRE, 1957. **Diário de Notícias**, Porto Alegre, p. 1, 2º Caderno, 20 abr. 1958.

PRATINI, Ruy. O drama de nossas populações marginais (I). Maloca: símbolo vivo de promiscuidade e miséria. **Diário de Notícias**, Porto Alegre, p. 9; 12, 12 jun. 1958a.

_____. O drama de nossas populações marginais (IV). Maloqueiro “de seu, não tem nem onde cair morto”. **Diário de Notícias**, Porto Alegre, p. 11; 16, 20 jun. 1958b.

_____. O drama de nossas populações marginais (VI). 62% - índice de mortalidade infantil em vilas de malocas. **Diário de Notícias**, Porto Alegre, p. 13; 16, 6 jul. 1958c.

SANEAMENTO DO FAMIGERADO Mato Sampaio. **Diário de Notícias**, Porto Alegre, p. 5, 1º ago. 1957.

V. A. P. A Cidade. **Diário de Notícias**, Porto Alegre, p. 4, 23 mai. 1948a.

_____. A Cidade. **Diário de Notícias**, Porto Alegre, p. 4, 1 dez. 1948b.

Bibliografia

ALMEIDA, Sílvio. **O que é racismo estrutural?** . Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ARAÚJO, Neila Prestes de. **Origens do Bairro Restinga, entre versões, a inversão do olhar sobre a memória:** uma história autocentrada no discurso do sujeito subalterno sobre o processo de ocupação da comunidade entre 1967 – 1971. Porto Alegre: UFRGS, 2019. Dissertação (Mestrado em História).

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano:** vol. 1 - Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2012.

CHARTIER, Roger. Por uma sociologia das práticas culturais. In: CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difusão Editora, 1988.

_____. **À beira da falésia**. A história entre certezas e inquietudes. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. In: **Projeto História**, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007.

DARNTON, Robert. Prefácio. In: DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel (Org.). **A revolução impressa: a imprensa na França, 1775-1800**. São Paulo: Edusp, 1996.

D'AVILA, Naida. **DEMHAB: com ou sem tijolos, a história das políticas habitacionais em Porto Alegre**. Porto Alegre, Unidade Editorial, 2000.

FANON, Frantz. Racismo e cultura. In: SANCHES, Manuela Ribeiro (Org.). **Malhas que os impérios tecem**. Textos anticoloniais, contextos pós-coloniais. Lisboa: Edições 70 (Lugar da História), 2011.

FIGUEIREDO, Pablo Silva. **História social e a cidade: urbanização e as vilas de malocas em Porto Alegre nas décadas de 40 e 50**. Rio Grande: FURG, 2014 (Monografia de Especialização).

FURINI, Vinícius Reis. **“Visita pitoresca ao Mato Sampaio”**: Estigmas e representações sobre os “maloqueiros” do Mato Sampaio através da narrativa jornalística porto-alegrense (Década de 1950). Porto Alegre: UFRGS, 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação – Licenciatura em História).

GAMALHO, Nola. **A produção da periferia**. Das representações do espaço ao espaço da representação no bairro Restinga – Porto Alegre, RS. Porto Alegre: UFRGS, 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia).

GOFFMAN, Erving. **Estigma**. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: Editora 34, 2012.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

JORGE, Nelson. **Malocas**. Diagnóstico evolutivo das subabitações no município de Porto Alegre, RS. Porto Alegre: PMPA/DEMHAB, 1973.

KLAFKE, Álvaro Antonio; WEIMER, Rodrigo de A. Zilda e o avião: repensando migrações rural-urbanas no Rio Grande do Sul (1943-1963). In: **História** (Unisinos), v. 20, n. 3, 2016.

KLAFKE, Álvaro Antonio; WEIMER, Rodrigo de A.; FURINI, Vinícius R. **A cidade que devora “malocas”**: habitação popular e o espaço urbano de Porto Alegre (c. 1943 - c.1973). No prelo.

MEDEIROS, Laudelino. **Vilas de malocas** (ensaio de sociologia urbana). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1951.

MORAES, Aldovan de Oliveira. **Poder público municipal e habitação de interesse social em Porto Alegre**. Porto Alegre, DEMHAB, 2011, 2 volumes. Arquivo Histórico de Porto Alegre.

NEVES, Jorge. **O problema da sub-habitação em Porto Alegre**. Porto Alegre: Seção de Estudos Econômicos e Pesquisas, 1962.

NUNES, Marion Kruse. **Bairro Bom Jesus**. Porto Alegre: Secretaria Municipal da Cultura, 1998.

SANHUDO, Ary Veiga. **Porto Alegre**: crônicas da minha cidade. Porto Alegre: Editora Movimento, 1975. Volume 2.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCOTT, James C. Exploração normal, resistência normal. **Rev. Bras. Ciênc. Política**. 2011, n. 5, pp. 217-243.

WEIMER, Rodrigo de A. Gilda de todas as “cores”: construção de imagens racializadas das “vilas de malocas”. Porto Alegre, décadas de 1940 e 1950. In: OSÓRIO, Helen; XAVIER, Regina Célia Lima. (Org.). **Do tráfico ao pós-abolição: trabalho compulsório e livre a luta por direitos sociais no Brasil**. São Leopoldo: Oikos, 2018. p. 495 - 528. E-book.

ZAMBONI, Vanessa. **Construção social do espaço, identidades e territórios em processo de remoção**. O caso do bairro Restinga – Porto Alegre, RS. Porto Alegre: UFRGS, 2009. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional).